

**Pós em Direito Processual Civil****Estrutura Curricular – componente curricular/carga horária**

MÓDULO I: TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL E PROCESSO DE CONHECIMENTO (ATÉ SANEAMENTO)	
FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO	32 h/a
COMPETÊNCIA, SUJEITOS DO PROCESSO E ATOS PROCESSUAIS	32 h/a
TUTELA PROVISÓRIA	32 h/a
FASES POSTULATÓRIA E ORDINATÓRIA DO PROCESSO DA PETIÇÃO INICIAL AO SANEAMENTO	32 h/a
Carga horária total do modulo	128h/a
MÓDULO II: PROVAS, SENTENÇA, RECURSOS E EXECUÇÃO	
AUDIÊNCIAS E FASE INSTRUTÓRIA DO PROCESSO	32 h/a
SENTENÇA, COISA JULGADA E EFETIVIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS	32 h/a
RECURSOS CÍVEIS E ATUAÇÃO DO ADVOGADO NOS TRIBUNAIS	32 h/a
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO CIVIL	32 h/a
Carga horária total do módulo	128h/a
MÓDULO III: TUTELAS COLETIVAS E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	
TUTELAS COLETIVAS E INQUÉRITO CIVIL	32h/a
AÇÕES DE RITO ESPECIAL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA	32 h/a
ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO	32 h/a
AÇÕES IMOBILIÁRIAS	32 h/a
Carga horária total do modulo	128h/a
MÓDULO: APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO	
Aplicação Do Conhecimento (Trabalho de Conclusão de Curso)	48 h/a
Carga horária total do módulo	48 horas
Carga horária total do curso	432h/a



IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR

1. Nome do componente curricular: FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO

2. Carga Horária: 32h/a

3. Ementa: Relação entre sistema processual e Constituição Federal. Princípios fundamentais do processo. Aplicação das regras processuais em atendimento aos princípios constitucionais. O papel do juiz na efetivação das garantias e direitos fundamentais. A repercussão das normas fundamentais na disciplina do processo e no seu procedimento.

4. Objetivo: Capacitar o profissional do Direito que atua ou pretende atuar na área contenciosa cível, fazendo um estudo bastante atual do processo civil brasileiro. Para entender com profundidade o nosso sistema processual civil, necessário conhecer bem as denominadas normas fundamentais, onde o legislador expõe suas principais preocupações e seus objetivos ao elaborar o atual diploma processual civil. Importante também analisar de que forma os Tribunais Superiores vêm tratando dessas matérias, imprescindível para o exercício competente das profissões jurídicas.

5. Conteúdo Programático:

5.1. Constitucionalismo, neoconstitucionalismo e atuação jurisdicional;

5.2. Visão contemporânea dos princípios constitucionais do processo

5.3. As normas fundamentais do CPC

5.4. O impacto das normas fundamentais na disciplina e no desenvolvimento do processo.

5.5. Atuação jurídica e jurisdicional e efetivação dos direitos fundamentais;

5.6. Jurisdição

5.7. Tratamento da matéria perante os Tribunais Superiores.

6. Bibliografia básica:

ASSIS, Carlos Augusto de; CARACIOLA, Andrea Boari; DELLORE, Luiz Guilherme; FERNANDES, Luís Eduardo Simardi; SOUZA, André Pagani de. Teoria Geral do Processo Contemporâneo. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2021. BUENO, Cássio Scarpinella. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil 1 - Teoria geral. 10ª edição. São Paulo: Saraiva, 2020. DINAMARCO, Cândido R. Instituições de direito processual civil. 9. ed. São Paulo. Malheiros, 2017. MEDINA, José Miguel Garcia. Curso de Direito processual civil moderno.



4. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. NERY JUNIOR, Nelson. Princípios do processo civil na Constituição Federal. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

7. Bibliografia complementar:

DELLORE, Luiz Guilherme; DUARTE, Zulmar; GAJARDONI, Fernando da Fonseca; ROQUE, André Vasconcelos. Comentários ao Código De Processo Civil. 4. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021. MONNERAT, Fabio Victor da Fonte. Introdução ao Estudo do Direito Processo Civil. 5. Ed. Saraiva: São Paulo: 2020. TESHEINER, José Maria Rosa. THAMAY, Rennan Faria Krüger. Teoria geral do processo. 6. ed., São Paulo: Saraiva, 2021.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR

1. Nome do componente curricular: COMPETÊNCIA, SUJEITOS DO PROCESSO E ATOS PROCESSUAIS

2. Carga Horária: 32 h/a

3. Ementa: Estudo da competência e suas classificações. Análise da disciplina Constitucional e infraconstitucional do tema, com os seus critérios de distribuição. O papel das partes no processo, suas capacidades e seus poderes. Litisconsórcio e as diversas modalidades de intervenções de terceiros. Estudo teórico e aplicação prática dos institutos. Análise dos atos processuais, seus agentes e as formas de comunicação dos atos. Citação e intimação. Negócios jurídicos processuais.

4. Objetivo: Propiciar ao aluno a capacidade de identificar e solucionar as questões mais relevantes e intrincadas sobre os temas estudados, fornecendo-lhe instrumental técnico adequado para tanto.

5. Conteúdo Programático:

5.1. Competência

5.1.1. Competência interna e internacional

5.1.2. Critérios de fixação de competência.

5.1.3. Incompetência: absoluta e relativa

5.1.4. Causas de modificação de competência



- 5.1.5. Conexão, continência e prevenção
- 5.1.6. Eleição de foro
- 5.1.7. Conflito de competência
- 5.2. Litisconsórcio
 - 5.2.1. Regime jurídico e categorias
 - 5.2.2. Autonomia entre litisconsortes
- 5.3. Intervenção de terceiros
 - 5.3.1. Classificação
 - 5.3.2. Assistência
 - 5.3.3. Denúncia da lide
 - 5.3.4. Chamamento ao processo
 - 5.3.5. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica
 - 5.3.6. Amicus curiae
- 5.4. Atos processuais
 - 5.4.1. Espécies e classificação
 - 5.4.2. Comunicação dos atos processuais
 - 5.4.3. Citação e suas formas
 - 5.4.4. Intimação.
- 5.5. Negócios jurídicos processuais.
 - 5.5.1 Limites e controle

6. Bibliografia básica:

ASSIS, Carlos Augusto de; CARACIOLA, Andrea Boari; DELLORE, Luiz Guilherme; FERNANDES, Luís Eduardo Simardi; SOUZA, André Pagani de. Teoria Geral do Processo Contemporâneo. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2021. CABRAL, Antonio do Passo. Convenções processuais: teoria geral dos negócios jurídicos processuais. 3. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2020. DELLORE, Luiz Guilherme; DUARTE, Zulmar; GAJARDONI, Fernando da Fonseca; ROQUE, André Vasconcelos. Comentários ao Código De Processo Civil. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. Comentários ao Código de Processo Civil – volume II – Das partes e dos procuradores. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil, volume 1. 62. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

7. Bibliografia complementar:



AMARAL, Felipe Marinho. Intervenção de Terceiros nos Incidentes de Formação de Precedentes. Revista da Faculdade de Direito da UERJ, v. 2., n. 26, 2014. Disponível em: Acesso em 10 de dezembro de 2018. BUENO, Cassio Scarpinella. Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro - Um terceiro enigmático. São Paulo: Saraiva, 2012. CASTRO, Roberta Dias Tarpinian de. O incidente de desconsideração da personalidade Jurídica. São Paulo: Quartier Latin, 2020. NOGUEIRA, Pedro Henrique. Negócios jurídicos processuais. 4. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2020. SOUZA, André Pagani de. Desconsideração da personalidade jurídica - Aspectos processuais. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012:

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR

1. Nome do componente curricular: TUTELA PROVISÓRIA

2. Carga Horária: 32h/a

3. Ementa: Tutela provisória e a sua classificação. Tutela de urgência e tutela de evidência. Tutela provisória incidental. Procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente e a sua estabilização. Procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente. Tutela da Evidência. Teoria da Cognição Judicial.

4. Objetivo: Estudar, com profundidade, as diversas espécies de tutelas provisórias reconhecidas em nosso direito e os requisitos para a sua concessão. Permitir a compreensão das situações de urgência do direito, a identificação dos instrumentos de sua tutela, explorando sua relação com o princípio da inafastabilidade da tutela jurisdicional.

5. Conteúdo Programático:

5.1. Fundamentos constitucionais do instituto da tutela provisória

5.2. Cognição sumária e cognição exauriente

5.3. Tutela provisória

5.4. Disciplina legal no CPC/2015.

5.5. A classificação e as espécies de tutela provisória.

5.5.1 Tutela provisória de evidência e de urgência

5.5.2. Tutela provisória deferida antes da citação do réu

5.5.3. Tutela provisória requerida em caráter incidental.



- 5.5.4. Tutela provisória de urgência antecipada
- 5.6. Risco de irreversibilidade da tutela antecipada pleiteada
- 5.7. Estabilização da tutela antecipada requerida em caráter antecedente
 - 5.7.1. Atuação do réu para evitar a estabilização
 - 5.7.2. Consequências da estabilização
- 5.8. Tutela provisória de urgência cautelar
- 5.9. Tutela provisória de evidência
 - 5.9.1 Hipóteses de concessão da tutela de evidência
- 5.10. Antecipação da tutela recursal

6. Bibliografia básica:

ASSIS, Carlos Augusto de; LOPES, João Batista. Tutela provisória: tutela antecipada, tutela cautelar, tutela de evidência, tutela inibitória antecipada: de acordo com o CPC/2015. 1. ed. Brasília: Gazeta Judiciária, 2018. ALVIM, Eduardo Arruda. Tutela provisória. 2. ed., São Paulo : Saraiva, 2016. BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Tutela Cautelar e Tutela Antecipada: Tutelas Sumarias e De Urgencia: Tentativa De Sistematização. São Paulo: Malheiros, 2003. BUENO, Cassio Scarpinella ..[et al.]. (Coord.). Tutela provisória no CPC : dos 20 anos de vigência do art. 273 do CPC/1973 ao CPC/2015. 2. ed. São Paulo : Saraiva, 2018. LAMY, Eduardo. Tutela Provisória. São Paulo: Atlas, 2018. MITIDIERO, Daniel. Antecipação de tutela, 3. ed., São Paulo : Revista dos Tribunais, 2016.

7. Bibliografia complementar:

DELLORE, Luiz Guilherme; DUARTE, Zulmar; GAJARDONI, Fernando da Fonseca; ROQUE, André Vasconcelos. Comentários ao Código De Processo Civil. – 4. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021. DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória. 13. ed., rev., atual. e ampl. Salvador: JusPODIVM, 2018. MAZINI, Paulo Guilherme. Tutela da Evidência. São Paulo: Almedina, 2020. PINHO, Humberto Dalla Bernardina De. Direito processual civil contemporâneo: processo de conhecimento, procedimentos especiais, processo de execução, processo nos tribunais e disposições finais e transitórias. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. ZAVASCKI, Teori Albino. Antecipação da Tutela, 7ª ed., São Paulo: Saraiva: 2009.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR

1. Nome do componente curricular: FASES POSTULATÓRIA E ORDINATÓRIA DO PROCESSO – DA PETIÇÃO INICIAL AO SANEAMENTO



2. Carga Horária: 32h/a

3. Ementa: Procedimento comum e procedimentos especiais. Fases postulatória e ordinatória. Petição inicial e pedido. Resposta do réu. Contestação, reconvenção e revelia. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Julgamento antecipado da lide. Julgamento antecipado parcial do mérito. Indeferimento da petição inicial. Improcedência liminar do pedido. Extinção com e sem exame do mérito. Saneamento do processo.

4. Objetivo: Dominar a atuação dos profissionais do direito nas fases postulatória e ordinatória do processo. Estudo da petição inicial, da causa de pedir e do pedido. Análise dos requisitos da petição inicial e a definição do valor da causa. Estudo da contestação e da reconvenção. Análise das opções do juiz na fase ordinatória do processo.

5. Conteúdo Programático:

5.1. Procedimento, comum e especial.

5.2. A fase postulatória do processo

5.3. Petição inicial

5.3.1. Os requisitos da petição inicial.

5.3.2. Pedido e causa de pedir

5.3.3. Pedido certo e determinado

5.3.4. Pedido genérico.

5.3.5. Valor da causa

5.4. Juízo de admissibilidade da petição inicial

5.4.1. Indeferimento da inicial

5.4.2. Emenda da petição inicial

5.5. Improcedência liminar do pedido

5.6. Contestação

5.6.1. Princípios atinentes à contestação

5.7. Reconvenção

5.7.1. Requisitos para oferecimento da reconvenção

5.7.2. Momento de oferecimento da reconvenção



5.7.3. Possibilidade de ampliação subjetiva na reconvenção

5.7.4. Autonomia da reconvenção

5.8. Revelia e seus efeitos

5.9. Julgamento conforme o estado do processo

5.9.1. Extinção com ou sem julgamento de mérito

5.9.2. Julgamento antecipado da lide

5.9.3. Julgamento antecipado parcial do mérito

5.10. Saneamento.

6. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BUENO, Cássio Scarpinella. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil 2 - Procedimento Comum, Processos nos Tribunais e Recursos. 9ª edição. São Paulo: Saraiva, 2020. SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de direito processual civil, volume 1 : processo de conhecimento. 16. ed. – São Paulo : Saraiva, 2017. MONTAS DE SÁ, Renato. Manual de direito processual civil. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2019. TUCCI, José Roberto Cruz e. Comentários ao Código de Processo Civil – ARTS. 318 A 368. 2. ed. São Paulo: Saraiva: 2017.

7. Bibliografia complementar

DELLORE, Luiz Guilherme; DUARTE, Zulmar; GAJARDONI, Fernando da Fonseca; ROQUE, André Vasconcelos. Comentários ao Código De Processo Civil. – 4. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021. GIANESINI, Rita. Da revelia no processo civil brasileiro. São Paulo, RT, 1977. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil, volume 1. 62. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR

1. Nome do componente curricular: AUDIÊNCIAS E FASE INSTRUTÓRIA DO PROCESSO.

2. Carga Horária: 32h/a



3. Ementa: Audiência inicial de conciliação e mediação. Audiência de instrução e julgamento. Teoria geral da prova. Distribuição do ônus da prova. Provas em espécie. Depoimento pessoal, confissão, prova documental, prova testemunhal e prova pericial.

4. Objetivo: Conhecer com profundidade a utilidade e o funcionamento das audiências. Entender a fundo o sistema probatório brasileiro, dominando as variadas espécies de provas e a sua produção. Analisar os poderes instrutórios do juiz e os limites do convencimento judicial.

5. Conteúdo Programático:

5.8. Audiência inicial de conciliação ou mediação.

5.8.1. Momento e realização.

5.8.2. Manifestação das partes sobre o interesse na audiência.

5.9. Fase instrutória do processo

5.10. O convencimento judicial;

5.11. Teoria geral das provas;

5.11.1. Os poderes instrutórios do juiz e a sua imparcialidade.

5.11.2. Momento de produção de provas

5.11.3. O custo da prova

5.11.4. Ônus da prova e a sua distribuição

5.11.5. Produção antecipada de provas

5.11.6. Ata notarial como instrumento de prova

5.12. Provas em espécie

5.12.1. Depoimento pessoal

5.12.2. Confissão

5.12.3. Prova documental

5.12.4. Prova testemunhal

5.12.5. Prova pericial

5.13. Audiências de instrução e julgamento

5.13.1. Produção das provas orais em audiência.



6. Bibliografia básica:

BUENO, Cássio Scarpinella. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil 2 - Procedimento Comum, Processos nos Tribunais e Recursos. 9ª edição. São Paulo: Saraiva, 2020. DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de direito processual civil, v. 3, ed. São Paulo: Malheiros, 2017. MARINONI, Luiz Guilherme. Novo curso de processo civil : volume 2 : tutela dos direitos mediante procedimento comum. 4. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018 YARSHELL, Flávio Luiz. Antecipação da prova sem o requisito da urgência e direito autônomo à prova, São Paulo : Malheiros, 2008.

7. Bibliografia complementar:

DELLORE, Luiz Guilherme; DUARTE, Zulmar; GAJARDONI, Fernando da Fonseca; ROQUE, André Vasconcelos. Comentários ao Código De Processo Civil. – 4. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021. DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória. 13. ed., rev., atual. e ampl. Salvador: JusPODIVM, 2018. MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Prova e convicção – de acordo com o CPC de 2015, 4. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR

1. Nome do componente curricular: SENTENÇA, COISA JULGADA E EFETIVIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS

2. Carga Horária: 32 h/a

3. Ementa: Sentença (espécies e efeitos), mecanismos de estabilidade das decisões judiciais, coisa julgada, ação rescisória, querela nullitatis insanabilis, anulatória de ato jurídico, mandado de segurança contra ato judicial. Os precedentes no CPC/2015, o incidente de assunção de competência e o incidente de resolução de demandas repetitivas.



4. Objetivo: Compreender a efetividade das decisões judiciais, sobretudo quanto a sua capacidade para a pacificar os conflitos, o problema da segurança jurídica e as medidas que permitem sua desconstituição. Analisar os mecanismos de formação dos precedentes judiciais.

5. Conteúdo Programático:

- 5.1. Teoria da decisão judicial e classificação das decisões judiciais
- 5.2. Mecanismos de estabilização das decisões judiciais e coisa julgada
- 5.3. Coisa julgada e a suas classificações
 - 5.3.1. Efeitos da coisa julgada
 - 5.3.2. Coisa julgada sobre questão prejudicial
- 5.4. Sentença: conceito
 - 5.4.1. Classificação das sentenças
 - 5.4.2. Elementos da sentença
 - 5.4.3. Dever de fundamentação
- 5.5. Ação Rescisória
- 5.6. Dos precedentes
- 5.7. Do incidente de assunção de competência
- 5.8. Do incidente de resolução de demandas repetitivas
- 5.9. Da reclamação

6. Bibliografia básica:

DELLORE, Luiz. Estudos sobre coisa Julgada e Controle de Constitucionalidade. Rio de Janeiro: Forense, 2013. MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel Francisco. Curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum. 4. ed. rev., atual., ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. Limites objetivos e eficácia preclusiva da coisa julgada, São Paulo : Saraiva, 2016. MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Rio de Janeiro: Forense, 2017. RODRIGUES, Marco Antonio Manual dos recursos, ação rescisória e reclamação– 1. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

7. Bibliografia complementar:

CABRAL, Antonio do Passo. Coisa julgada, São Paulo : Revista dos Tribunais, 2016. DELLORE, Luiz Guilherme; DUARTE, Zulmar; GAJARDONI, Fernando da Fonseca; ROQUE,



André Vasconcelos. Comentários ao Código De Processo Civil. – 4. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória. 13. ed. Salvador: JusPODIVM, 2018.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR

1. Nome do componente curricular: Recursos Cíveis e atuação do advogado nos tribunais

2. Carga Horária: 32h/a

3. Ementa: Teoria Geral do Recursos: natureza dos recursos; requisitos de admissibilidade; efeitos (suspensivo, devolutivos e demais efeitos); princípios recursais (fungibilidade recursal, duplo grau, taxatividade, proibição da reformatio in pejus e demais princípios). Apelação. Agravo de instrumento e agravo interno. Embargos de declaração. Recursos especial e extraordinário. Embargos de divergência. Recurso ordinário constitucional.

4. Objetivo: Permitir ao profissional do direito compreender a sistemática de impugnação às decisões judiciais, dominando a técnica para a identificação do recurso adequado, a sua correta interposição e o seu processamento.

5. Conteúdo Programático:

- 5.1. Processos nos tribunais
- 5.2. Teoria geral dos recursos cíveis
 - 5.2.1. Princípios recursais
 - 5.2.2. Classificação dos recursos
 - 5.2.3. Recurso adesivo
 - 5.2.4. Efeitos dos recursos
 - 5.2.5. Julgamento estendido
- 5.3. Requisitos de admissibilidade
 - 5.3.1. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito
- 5.4. Recursos em espécie;
 - 5.4.1. Apelação
 - 5.4.2. Agravo de instrumento
 - 5.4.3. Agravo interno
 - 5.4.4. Embargos de declaração
 - 5.4.5. Recurso ordinário
 - 5.4.6. Recursos especial e extraordinário



5.4.7. Processamento dos recursos especial e extraordinário repetitivos

5.4.8. Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário

5.4.9. Embargos de divergência

5.5. Análise dos regimentos internos;

5.6. Elaboração de memoriais

5.7. Preparação de sustentação oral

6. Bibliografia básica:

ASSIS, Araken de. Manual dos recursos. 9. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. BUENO, Cássio Scarpinella. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil 2 - Procedimento Comum, Processos nos Tribunais e Recursos. 9ª edição. São Paulo: Saraiva, 2020. FERNANDES, Luis Eduardo Simardi. Embargos de Declaração. 5. ed, São Paulo: RT, 2020. MEDINA, José Miguel Garcia. Curso de Direito processual civil moderno. 4. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. RODRIGUES, Marco Antonio Manual dos recursos, ação rescisória e reclamação– 1. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

7. Bibliografia complementar:

ALVIM, Teresa Arruda. Embargos de declaração. 5. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. _____. DANTAS, Bruno. Recurso especial, recurso extraordinário e a nova função dos Tribunais Superiores, Precedentes no Direito Brasileiro, 3. ed., São Paulo : Revista dos Tribunais, 2018. CARACIOLA, Andrea Boari. Princípio da Congruência no Código de Processo Civil. São Paulo : LTR, 2010. CARNEIRO, Athos Gusmão. Recurso Especial, Agravos e Agravo Interno, 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2010. PINHO, Humberto Dalla Bernardina De. Direito processual civil contemporâneo: processo de conhecimento, procedimentos especiais, processo de execução, processo nos tribunais e disposições finais e transitórias. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. VALADARES, André Garcia Leão Reis. O julgamento nos tribunais: colegialidade e deliberação. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR

1. Nome do componente curricular: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO CIVIL

2. Carga Horária: 32h/a

3. Ementa: Teoria geral do processo da execução. Responsabilidade patrimonial. Fraude à execução e fraude contra credores. Título executivo. Liquidação das decisões judiciais. Cumprimento de sentença e impugnação ao



cumprimento de sentença. Execução de título executivo extrajudicial e embargos à execução. Medidas executivas, típicas e atípicas.

4. Objetivo: Permitir a compreensão plena do sistema de efetivação das decisões judiciais e dos títulos executivos extrajudiciais.

5. Conteúdo Programático:

5.1. Teoria geral do processo de execução.

5.2. Títulos executivos

5.3. Responsabilidade patrimonial.

5.4. Fraude à execução e fraude contra credores.

5.5. Liquidação das decisões judiciais.

5.6. As medidas executivas

5.6.1. Medidas executivas atípicas autorizadas pelo art. 139, IV, do CPC. 5.7. Cumprimento de sentença

5.7.1. As diversas modalidades de cumprimento de sentença

5.7.2. Cumprimento de obrigação de pagar quantia

5.7.3. A impugnação ao cumprimento de sentença.

5.8. Execução de título executivo extrajudicial

5.8.1. As diversas modalidades da execução de título executivo extrajudicial.

5.8.2. Execução de título executivo extrajudicial de obrigação de pagar quantia.

5.9. Penhora e impenhorabilidades

5.10. Cumprimento de sentença e execução de alimentos

5.11. Cumprimento de sentença e execução de obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa.

5.12. Execução contra a Fazenda Pública

6. Bibliografia básica:

ABELHA, Marcelo. Manual de execução civil, 6. ed., Rio de Janeiro : Forense, 2016. ASSIS, Araken de. Manual da execução. 18. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. BUENO, Cassio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil, vol. 3 : Tutela jurisdicional executiva. 9. ed. São Paulo : Saraiva Educação, 2020. THEODORO Jr., Humberto. Processo de Execução e Cumprimento de Sentença. 30. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.



7. Bibliografia complementar:

BUENO, Cassio Scarpinella. Comentários ao código de processo civil – volume X (art. 509 a 538): da liquidação e do cumprimento de sentença. São Paulo : Saraiva Educação, 2018. DELLORE, Luiz Guilherme; DUARTE, Zulmar; GAJARDONI, Fernando da Fonseca; ROQUE, André Vasconcelos. Comentários ao Código De Processo Civil. – 4. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021. MONTAS DE SÁ, Renato. Manual de direito processual civil. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2019

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR

1. Nome do componente curricular: Tutelas coletivas e inquérito civil

2. Carga Horária: 32h/a

3. Ementa: Inquérito Civil. Origens históricas do Inquérito Civil. Ministério Público, instauração, instrução e arquivamento do Inquérito Civil. Inquérito Civil e Ação Civil Pública. Consequências do arquivamento do Inquérito Civil. Transação no Inquérito Civil. Tutela Coletiva. Categorias de interesse. Interesses coletivos, difusos e individuais homogêneos. Características da Tutela coletiva. Legitimação. Microssistema de tutela coletiva. Ações Coletivas. Mandado de Segurança Coletivo. Ação Popular. Tutela Coletiva e o Controle Judicial de Políticas Públicas. Sobre a Prova na Tutela Coletiva. Coisa julgada em ações coletivas. Liquidação e Cumprimento de Sentença no Processo Coletivo.

4. Objetivo: Permitir a completa compreensão da tutela coletiva de direitos como um sistema processual autônomo, permitindo ao profissional atender, nos planos teórico e prático, aos crescentes e inusitados desafios e demandas decorrentes dos conflitos de interesses de natureza metaindividual.

5. Conteúdo Programático:

5.1. Histórico da tutela coletiva

5.2. Teoria geral das ações coletivas

5.3. Legitimidade ativa



5.4. As espécies de interesses coletivos

5.4.1. Interesse difuso, coletivo e individual homogêneo

5.5. A disciplina no Código de Defesa do Consumidor

5.6. Ação civil pública

5.7. Inquérito civil e termo de ajustamento de conduta.

5.8. Coisa julgada coletiva

5.9. Ação popular

5.10. Mandado de segurança coletivo

5.11. Liquidação e cumprimento de sentença coletiva.

6. Bibliografia básica:

DANTAS, Marcelo Buzaglo. Ação Civil Pública e Meio Ambiente. São Paulo, Saraiva, 2009. MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Ação civil pública em defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos consumidores: Lei 7,347/1985 e legislação complementar. 15. ed. São Paulo: RT, 2019. MILARÉ, Édis, (Coord.). Ação civil pública: Lei 7.347/1985, 15 anos. 2. ed., rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. NUNES, Rizzatto. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. 8. ed. São Paulo : Saraiva, 2015. SOUZA, Motaui Ciochetti de. Ação civil pública e inquérito civil. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. THEODORO Jr., Humberto. Lei do Mandado de Segurança Comentada. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Direitos do consumidor. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

7. Bibliografia complementar:

ARELLANO, Luis Felipe Vidal. Para além da reserva do possível: cognição conglobante e dialética pública no controle jurisdicional de políticas públicas, Revista de Processo | vol. 266/2017 | p. 393 - 417 | Abril / 2017. BARCELLOS, Ana Paula de. Constitucionalização das políticas públicas em matéria de direitos fundamentais: o controle político-social e o controle jurídico no espaço democrático. In: SARLET, Ingo Wolfgang, TIMM, Luciano Benetti (coordenadores). Direitos fundamentais: orçamento e “reserva do possível”. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. BENJAMIN, Antonio Herman V. e ALMEIDA, Gregório Assagra. Legitimidade ativa e objeto material no mandado de segurança coletivo. Revista dos Tribunais. Maio / 2010CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de direito do consumidor. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2019. FERRARESI, Eurico. Ação popular, ação civil pública e mandado de segurança coletivo. Rio de Janeiro Forense, 2008 RODRIGUES, Geisa de Assis. Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta: teoria e prática. 3. Rio de Janeiro Forense



2011. ROQUE, Andre Vasconcelos. e DUARTE, Francisco Carlos. Aspectos polêmicos do mandado de segurança coletivo: evolução ou retrocesso? Doutrinas Essenciais de Direito Constitucional | vol. 10/2015 | p. 1641 - 1673 | Ago / 2015

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR

1. Nome do componente curricular: AÇÕES DE RITO ESPECIAL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA

2. Carga Horária: 32h/a

3. Ementa: Teoria geral dos procedimentos especiais, ação de consignação, dissolução parcial de sociedades, ações de família, mandado de segurança, embargos de terceiro, ação monitória, ação de exigir contas e Juizados Especiais Cíveis. Recuperação judicial e falência.

4. Objetivo: Compreender o procedimento de algumas das ações especiais indispensáveis ao adequado exercício das profissões jurídicas. Estudar o procedimento e as peculiaridades do processo de falência e de recuperação judicial.

5. Conteúdo Programático:

5.1. Teoria geral dos procedimentos especiais;

5.2. Ação de consignação em pagamento

5.3. Ação de dissolução parcial de sociedades

5.4. Embargos de terceiro.

5.5. Ação monitória

5.6. Ação de exigir contas.

5.7. Oposição

5.8. Ações de família



5.9. Mandado de segurança.

5.10. Juizados Especiais Cíveis.

5.11. Recuperação Judicial e Falência.

5.11.1. Atuação do juiz e do administrador judicial na administração da massa falida.

5.11.2. Processo judicial de falência e ações incidentais falimentares.

6. Bibliografia básica:

BEZERRA FILHO, Manoel Justino. Lei de recuperação de empresas e falência, 13. ed, São Paulo : Revista dos Tribunais, 2018. COELHO, Fábio Ulhoa. Comentário à lei de falência e recuperação, 13. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. MACHADO, Marcelo Pacheco. Comentários ao código de processo civil: Dos embargos de terceiro até da restauração de autos: Volume XIII (Arts 674 a 718). São Paulo: Saraiva, 2017. MARCATO, Antonio Carlos. Procedimentos especiais. 18. Ed. Atlas, 2020. ROCHA, Felipe Borring. Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais - Teoria e Prática. 11. ed. – São Paulo: Atlas, 2021. TARTUCE, Fernanda. Processo Civil no Direito de Família - Teoria e Prática. 5. ed. São Paulo: Método, 2020. THEODORO Jr., Humberto. Lei do Mandado de Segurança Comentada. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

7. Bibliografia complementar:

AYOUB, Luiz Roberto. CAVALLI, Cássio. A construção jurisprudencial da recuperação judicial de empresas, 3. ed., Rio de Janeiro : Forense, 2017. CÂMARA, Alexandre Freitas. Manual do mandado de segurança. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2014. DELLORE, Luiz Guilherme; DUARTE, Zulmar; GAJARDONI, Fernando da Fonseca; ROQUE, André Vasconcelos. Comentários ao Código De Processo Civil. – 4. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021. SALOMÃO, Luis Felipe. SANTOS, Paulo Penalva. Recuperação judicial, extrajudicial e falência: teoria e prática, 3. ed., Rio de Janeiro : Forense, 2017. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil, Vol. II: procedimentos especiais codificados (de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária) e de legislação extravagante. 55. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR

1. Nome do componente curricular: Arbitragem e mediação

2. Carga Horária: 32h/a



3. Ementa: Métodos adequados de solução de conflitos. Procedimento arbitral. Convenção de Arbitragem. Arbitragem e poder judiciário. Compromisso arbitral. Negociação. Mediação. Conciliação.

4. Objetivo: Desenvolver conceitos e habilidades relacionadas aos métodos adequados de solução de conflitos, especialmente a mediação e a arbitragem, com estudos e debates sobre técnicas e conceitos fundamentais, a partir da análise de casos práticos e decisões paradigmáticas.

5. Conteúdo Programático:

5.1. Arbitragem

5.1.1. Arbitragem e jurisdição

5.1.2. Princípios norteadores da arbitragem

5.1.3. Arbitrabilidade objetiva e subjetiva

5.1.4. Convenção de arbitragem – cláusula e compromisso

5.1.5. A situação de árbitro

5.1.6. Procedimento arbitral

5.1.7. Arbitragem e Poder Judiciário

5.1.8. Tutelas de urgência

5.1.9. Sentença arbitral

5.1.10. Nulidade

5.2. Mediação e conciliação

5.2.1. Métodos adequados de solução de conflitos

5.2.2. Negociação, Conciliação e Mediação

5.2.3. Princípios

5.2.4. O terceiro imparcial: conciliadores e mediadores

5.2.5. Procedimentos judiciais e extrajudiciais

5.2.6. Cláusulas escalonadas



5.2.7. Acordo/composição

6. Bibliografia:

CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e processo. 3ª ed, São Paulo. Atlas. 2012. TARTUCE, Fernanda. Mediação nos conflitos civis. São Paulo. Método. 2018. SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antonio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. (Coord.). Negociação, mediação, conciliação e arbitragem: curso de métodos adequados de solução de controvérsias. 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020. GUILHERME, Luiz Fernando Almeida. Manual de arbitragem e mediação. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. SCAVONE Jr., Luiz Antonio. Arbitragem - Mediação, Conciliação e Negociação. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

7. Bibliografia complementar

CARMONA, Carlos Alberto; LEMES; Selma Ferreira; MARTINS, Pedro Batista. 20 anos da lei de arbitragem: homenagem a Petrônio R. Muniz. 1. ed. – São Paulo: Atlas, 2017. LEVY, Fernanda Rocha Lourenço. Cláusulas escalonadas: a mediação comercial no contexto da arbitragem. São Paulo: Saraiva, 2013. PINHO, Humberto Dalla Bernardinha de. Manual de Mediação e Arbitragem. São Paulo: Saraiva, 2019. RODOVALHO, Thiago. Cláusula Arbitral nos Contratos de Adesão. São Paulo: Almedina, 2016.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR

1. Nome do componente curricular: Ações imobiliárias

2. Carga Horária: 32 h/a

3. Ementa: Ações possessórias, locatícias, condominiais, vizinhança, reivindicatória, divisão, demarcação de terras e usucapião.

4. Objetivo: Compreender o microsistema processual relacionado às questões imobiliárias e à locação de imóveis.

5. Conteúdo Programático:

5.1. Ações possessórias

5.2. Ações da Lei de Locação



5.2.1.Despejo

5.2.2.Despejo por falta de pagamento

5.2.3.Consignação de aluguéis e acessórios

5.2.4.Revisional de aluguel

5.2.5.Ação renovatória.

5.3. Ações no âmbito condominial

5.4. Ação reivindicatória

5.5. Ações de vizinhança 5.6. Ação de divisão e demarcação de terras

5.7. Usucapião

6. Bibliografia básica:

ELIAS FILHO, Rubens Carmo. CONDOMÍNIO EDILÍCIO – Aspectos De Direito Material e Processual. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2015. FERNANDES, Luís Eduardo Simardi; MELLO, Rogério Licastro Torres de; ZARIF, Claudio Cintra. Ações Locatícias. 2. ed. Curitiba: Editora Direito Contemporâneo, 2020. GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. Comentários à Lei de Locações. Barueri: Manole, 2017. SOUZA, Sylvio Capanema de. Lei do inquilinato comentada. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017 VENOSA, Silvio de Salvo. Lei do Inquilinato Comentada - Doutrina e Prática, 15. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

7. Bibliografia Complementar

BDINE JÚNIOR, Hamid Charaf. Direito de vizinhança: o uso anormal da propriedade ou a perturbação anormal nos conflitos de vizinhança. O modo de viver nos condomínios: uma visão jurídicourbanística. In: AMORIM, José Roberto Neves; ELIAS FILHO, Rubens Carmo (Coords.). Estudos avançados de direito imobiliário. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. FULGÊNCIO, Tito. Da posse e das ações possessórias: teoria legal. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. MONTENEGRO FILHO, Misael. Ações possessórias no novo CPC. 4. ed. Rio de Janeiro: Gen-Atlas, 2017. SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. Direito Imobiliário. 16. ed. Rio de Janeiro: Gen, 2020. SLAIBI FILHO, Nagib; SÁ, Romar Navarro de. Comentários à Lei do Inquilinato. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil, Vol. II: procedimentos especiais codificados (de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária) e de legislação extravagante. 55. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021



IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR

- 1. Nome da Disciplina:** Aplicação do Conhecimento (Trabalho de Conclusão de Curso)
- 2. Carga Horária:** 48h/a
- 3. Ementa:** O/A aluno/a deverá optar entre escrever um artigo científico ou produzir um plano de carreira.

ARTIGO CIENTÍFICO

Escolha do tema. Monografia/revisão de literatura e estudo de caso. Pesquisa quantitativa e qualitativa. Estrutura: elementos pré e pós textuais. Linguagem e etapas de construção do artigo científico. Introdução, desenvolvimento e conclusão do artigo. Problemas mais comuns na redação do artigo científico.

PLANO DE CARREIRA

Formação, profissão e carreira. O perfil do profissional do Direito “4.0”. Comunicação estratégica. Liderança e gestão de equipes jurídicas. Planejamento estratégico de empresas. Implementação e gestão de escritórios de advocacia. Desempenho e colocação profissional pós-formação. Planejamento de carreira.

4. Objetivo:

ARTIGO CIENTÍFICO

O componente curricular busca oferecer os principais parâmetros para elaboração de um artigo científico, a ser entregue ao final do componente. O/A aluno/a irá conhecer a parte conceitual da elaboração de um artigo científico, o raciocínio a respeito da metodologia aplicada e as premissas para a escolha de um bom tema de pesquisa, além de ter acesso às informações técnicas e de linguagem apropriada para sua adequada composição e apresentação.

PLANO DE CARREIRA

Estimular o desenvolvimento pessoal necessário à construção de uma carreira profissional, com a compreensão dos desafios inerentes à implementação da trajetória profissional pós-formação nos mais diferentes segmentos do mercado jurídico.